

# JUSTIÇA FEDERAL DIGITAL

Ano 5 - Número 195 - Setembro/2012

## JFES disponibiliza petição inicial eletrônica a partir de segunda-feira, 17

Uma nova funcionalidade estará disponível, a partir de segunda (dia 17), no sistema de processo eletrônico da Justiça Federal capixaba: o peticionamento inicial eletrônico. A partir desse dia, os advogados poderão apresentar não apenas as petições intercorrentes, mas também a petição que dará início a um novo processo nas varas federais da Justiça Federal capixaba diretamente de seus escritórios ou outro local com acesso à internet. Para que isso ocorra, o advogado deverá antes efetuar o cadastramento para utilização do processo eletrônico, disponível no site [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br), imprimir o formulário e dirigir-se a uma das varas federais do estado para ter seu cadastro validado. Não é necessário uso de assinatura eletrônica.

De acordo com o diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação da JFES, Thiago Gegenheimer Bremenkamp, o ajuizamento da petição inicial por meio eletrônico “proporcionará um ganho de tempo enorme tanto para servidores quanto para o jurisdicionado”. Passando apenas por quatro etapas, os advogados poderão cadastrar sua inicial e enviá-la à área de distribuição, que fará a checagem das informações, verificará possível prevenção e distribuirá a petição.

“São apenas quatro as etapas a serem cumpridas pelos advogados. Na primeira delas, será realizado o cadastro da inicial, com indicação da classe do processo e do valor da causa. Na segunda etapa, serão preenchidos os campos de polo ativo e polo passivo. Na terceira etapa, serão anexados os arquivos da própria petição inicial, guia de custas e outros documentos que instruem a inicial. E, na última etapa, o advogado realizará uma revisão dos dados lançados, antes de confirmar o envio”, disse o diretor do NTI.

Thiago lembra ainda que todos os advogados cadastrados no peticionamento intercorrente terão acesso automaticamente ao peticionamento eletrônico inicial.

Atualmente, todas as varas da Justiça Federal capixaba atuam com processo eletrônico, exceto as criminais. Assim, o peticionamento eletrônico está disponível para todas as varas cíveis, de execução fiscal e juizados especiais federais, na capital e no interior.

**Petição inicial eletrônica**

**A partir de 17/09**

Os advogados poderão apresentar a petição inicial de forma eletrônica, na Justiça Federal capixaba, diretamente de seus escritórios ou de outro local com acesso à internet.

**Advogado cadastrado:**  
Acesse os links "Portal Processual" e "Portal do Jurisdicionado", no [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br), e envie sua petição inicial.

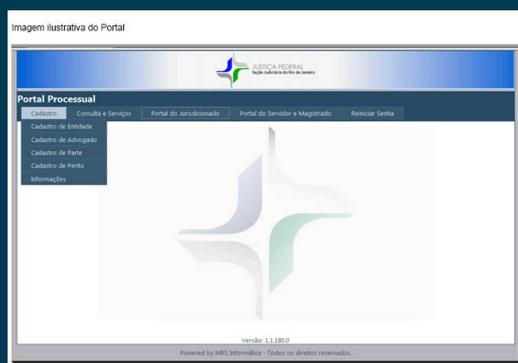
**Cadastre-se para atuar no processo eletrônico, enviar petições iniciais e intercorrentes, acessando [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br).**

NCS

JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Portal Processual e Portal do Jurisdicionado

Outra novidade no sistema da Justiça Federal é a disponibilização do “Portal Processual” e do “Portal do Jurisdicionado”, onde o usuário poderá acessar, de forma padronizada, todos os serviços do processo eletrônico.



Todos os serviços relacionados aos processos judiciais estarão disponíveis numa única tela para utilização de procuradores dos órgãos federais, defensores públicos federais, advogados e usuários.

No Portal Processual, pode-se acessar os serviços que não demandem login e senha, como realização de cadastro, reinício de senha, consulta processual pública (que só permite acesso às peças públicas dos autos), autenticidade de documentos e certidão.

O portal também permite acesso ao Portal do Jurisdicionado, que é destinado àqueles jurisdicionados que efetuaram o cadastro prévio. Tais usuários terão ao seu dispor serviços como petição inicial e intercorrente eletrônica, intimação e citação eletrônica (exclusiva para procuradores de entidades conveniadas), alteração de dados cadastrais, modificação de se-

nha, relatório de petições intercorrentes e iniciais, processos por e-mail (sistema Push) e consulta processual especial (que dá acesso a todas as peças dos autos).

Além da vantagem de se ter todos os serviços consolidados em um ambiente único, o portal permite que, com um único login, o usuário usufrua de todos os serviços que requeram cadastro. A ideia central dos portais é criar um ambiente mais institucional para os diversos serviços processuais existentes.

## Justiça Federal promove mobilização de advogados em Colatina/ES para uso do peticionamento eletrônico

A Justiça Federal promoverá em Colatina/ES, no dia 26 de setembro, uma mobilização de advogados em prol do cadastramento e do peticionamento eletrônicos, a exemplo do que já ocorre na capital capixaba.

Das 10 às 17 horas, haverá servidores de plantão na vara federal colatinense (Rua Santa Maria, 46 – Centro), para cadastrar advogados e tirar dúvidas sobre o peticionamento com uso das ferramentas digitais.

Estão convidados todos os advogados que atuam nos municípios abrangidos pela Subseção Judiciária: Colatina, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Águia Branca, Alto Rio Novo, São Gabriel da Palha, Vila Valério, São Domingos do Norte, Pancas, Governador Lindenberg, Marilândia, Baixo Guandu e São Roque do Canaã.

Embora o processo eletrônico tenha sido implantado na vara de Colatina em meados de 2010, o diretor de secretaria Wesley Carvalho de Souza informa que 50% dos peticionamentos ainda são feitos em papel. “Uma quantidade muito grande”, na opinião dele e do supervisor Luciano Tarcisio Agrizzi Altoé. Segundo Luciano, um servidor chega a passar de três a quatro horas por dia digitalizando petições, tempo que poderia ser empregado em outras atividades.

Para os advogados, o uso do peticionamento eletrônico também traz inúmeras vantagens: é grátis, fácil, rápido, não precisa ter certificação digital, evita o trânsito e permite o envio das petições de qualquer lugar, via internet.



Mobilização PELO CADASTRAMENTO E PETICIONAMENTO ELETRÔNICOS

Senhores advogados,

A Justiça Federal está de portas abertas para atendê-los e tirar suas dúvidas sobre o peticionamento e o processo eletrônicos.

**Dia 26/09 (quarta-feira)  
Das 10 às 17 horas  
Na Vara Federal de Colatina**

AINDA NÃO SE CADASTROU?  
Veja algumas vantagens:

**É GRÁTIS! É FÁCIL!  
É RÁPIDO!**

NÃO PRECISA TER CERTIFICAÇÃO DIGITAL.  
EVITE O TRÂNSITO.  
ENVIE SUAS PETIÇÕES DE QUALQUER LUGAR  
COM ACESSO À INTERNET.

JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional do Espírito Santo

NCS

AB  
ESPÍRITO SANTO

## Atendimento individualizado

Implementada em 2011, pelo diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, a mobilização dos advogados partiu de uma ideia da servidora Neidy Aparecida Torrezani (foto), diretora do 2º Juizado Especial Federal de Vitória.

A primeira mobilização foi realizada em junho do ano passado, numa ação conjunta da JFES com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/ES). Na ocasião, o diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Thiago Gegenheimer Breckenkamp, declarou que “o evento deixou os advogados satisfeitos por sanarem suas dúvidas”. Ao saírem da mobilização, os advogados destacavam a ação como “muito prática e positiva” e elogiavam o “atendimento individualizado” e a “atitude pró-ativa dos servidores da Justiça Federal” ao promover esse dia de esclarecimento. De lá pra cá, novas ações vêm sendo realizadas em Vitória, estendendo-se agora a Colatina a pedido da própria vara.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre as áreas Judiciária e Administrativa da Justiça Federal, sob a coordenação do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS). O evento conta com o empenho de servidores das varas federais e da Seção de Atendimento ao Usuário (Sesau/NTI), e com o apoio da OAB/ES.

Além do atendimento individual, são distribuídas cartilhas de orientação aos advogados, que também podem ser consultadas pelo [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br).





## Juiz Federal Boaventura na Direção do Foro de 17 a 21/09

O juiz federal Boaventura João Andrade, presidente da Turma Recursal do Espírito Santo, responderá pela Direção do Foro da Seção Judiciária do ES, entre os dias 17 e 21 de setembro de 2012, sem prejuízo de sua jurisdição, de acordo com ato da Presidência do TRF da 2ª Região.

### Biblioteca disponibiliza 100 novos livros em seu acervo

Estão disponíveis 100 novos livros para consulta na biblioteca Oswaldo Horta Aguirre, localizada no 8º andar da nova sede da JFES (Av. Beira-Mar, 1877, Vitória).

#### Veja alguns deles:

- Jurisdição constitucional e direitos fundamentais. Georges Abboud.
- A ação popular como instrumento de invalidação da sentença lesiva ao patrimônio público. Lúcio Eduardo de Brito.
- O controle de constitucionalidade dos tipos penais incriminadores à luz da proporcionalidade. Belize Câmara Correia.
- Diversidade sexual e direito homoafetivo. Coordenação Maria Berenice Dias.
- A bitributação econômica do lucro empresarial. Paulo César Teixeira Duarte Filho.
- Direito constitucional demótico: a constituição como núcleo do reconhecimento. Marcelo Kokke.
- O princípio da segurança jurídica: implicações na ocupação familiar de lotes públicos. Wilson Koressawa.
- Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Aury Lopes Junior.
- Retórica e o estado de direito: uma teoria da argumentação jurídica. Neil MacCormik.
- Direito dos tratados. Valério de Oliveira Mazzuoli.
- Direito penal contemporâneo: questões controvertidas. Coordenadores Gilmar Ferreira Mendes, Pierpaolo Bottini, Eugênio Pacelli de Oliveira.
- Direito e processo penal na justiça federal: doutrina e jurisprudência. Coordenação Eugênio Pacelli de Oliveira.
- Ingerência indevida: os crimes comissivos por omissão e o controle pela punição do não fazer. Janaína Conceição Paschoal.
- O estado democrático de direito e o conflito das ideologias. Miguel Reale.
- Crítica à teoria dos custos dos direitos: reserva do possível. Luís Fernando Sgarbossa.
- O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação. Tatiana Malta Vieira.



*A biblioteca da JFES recebe cerca de 4 mil pessoas por ano, entre servidores, magistrados, advogados e estudantes*



*O espaço dispõe de aproximadamente 6 mil volumes, entre livros e periódicos, especialmente no campo do Direito e também literatura*

## JFES entrega mais um lote de doação de livros aos presídios

A Justiça Federal do Espírito Santo entregou nesta sexta-feira, 14, um lote de 284 livros e 147 revistas doados por magistrados e servidores para o Centro de Detenção Provisória de Viana. Na maioria, livros de auto-ajuda, literatura e revistas de entretenimento.

Foi a segunda doação feita este ano pela JFES, dentro da Campanha "Doe Livros para os Presídios", coordenada pela Coordenadoria das Execuções Penais, do TJ/ES. A primeira foi em julho, com 340 volumes.

A campanha - que tem por objetivo estimular o hábito da leitura entre os presos, possibilitando, inclusive, a remição da pena - foi encerrada na Justiça Federal no dia 9 de setembro e contou com um total de 771 doações.



## Começou a exposição "Olhares Contemporâneos"

Promovida pelo Centro Cultural Justiça Federal/ES, a mostra traz as impressões estéticas do Coletivo Artístico Rosa e Azul (CARA), grupo formado por dez artistas plásticos residentes na Grande Vitória. A exposição vai até o dia 28 de setembro, no foyer do auditório da JFES, em Vitória. Prestígio!



## Aluísio Gonçalves de Castro Mendes toma posse no TRF2\*



Em uma cerimônia conduzida pela presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, e prestigiada por diversas autoridades e servidores da Casa, o juiz federal Aluísio Gonçalves de Castro Mendes tomou posse na quarta-feira, 12 de setembro, como o mais novo membro do Tribunal.

O agora desembargador federal já atuava na segunda instância desde 2005, convocado para compor o quórum.

Entre os presentes ao ato, a esposa, sra. Marjorie Mendes, os dois filhos, Carolina e Christian, e o sogro do empossado, sr. Ney Pinto, o vice-presidente do TRF2, desembargador federal Raldenio Costa, o corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, e a procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, Cristina Romanó.

Saudando o novo integrante do TRF2, Maria Helena Cisne afirmou sua honra em receber um colega que sempre se destacou pela combatividade como juiz e pelo empenho com que tem participado dos programas e projetos que visam ao aprimoramento da Justiça Federal: "Aluísio Mendes se notabiliza pela sabedoria, bom senso e conhecimento como magistrado, e também por ser muito participativo, sempre pronto a colaborar e somar para o engrandecimento da nossa instituição".

O novo desembargador federal agora faz parte da Quinta Turma Especializada. Na solenidade de posse, ele agradeceu o apoio de sua família, dos seus pares e dos servidores de seu gabinete ao longo de sua jornada pessoal e na magistratura: "Ocupar um assento no Tribunal é um sonho que se materializa. Estou agora entre os exemplos que sempre me inspiraram em meu ofício e, também, em minha formação acadêmica. Quero continuar sempre me esforçando e dando o meu melhor para corresponder aos anseios dos jurisdicionados e às expectativas da Corte".

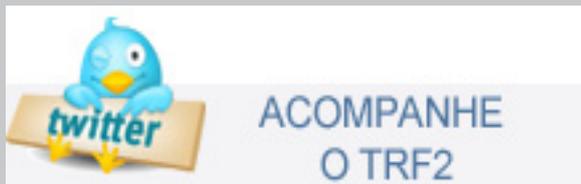
Aluisio Mendes é graduado em Comunicação Social pela PUC-RJ e em Direito pela UERJ. Além disso, é especialista em Direito Processual Civil pela UnB; mestre em Direito pela UFPR; mestre em Direito pela Johann Wolfgang Goethe Universität (Frankfurt am Main, Alemanha); doutor em Direito pela UFPR; e pós-doutor pela Universidade de Regensburg (Alemanha). O magistrado também é professor nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu da UERJ e da UNESA.

O mais novo desembargador do TRF2 também é presidente da Comissão de Processo Civil e do Departamento de Inter-

câmbio e Difusão da Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região (EMARF); membro da Comissão de Relações Internacionais da Revista de Processo (RePro), da Comissão de Elaboração do Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos, do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, da Associação Teuto-Brasileira de Juristas (Deutsche Brasilianische Juristenvereinigung) e da International Association of Procedural Law (IAPL).

\*ACOS/TRF2

## TRF2 lança página no Twitter



As notícias sobre o TRF2 podem ser acompanhadas também pelo Twitter. O endereço é [www.twitter.com/trf2imprensa](http://www.twitter.com/trf2imprensa). É mais um canal de comunicação que a Justiça Federal da Segunda Região disponibiliza para que o público tenha cada vez maior acesso às ações e iniciativas da Corte e para que conheça melhor as suas decisões judiciais. \*ACOS/TRF2

## Via Legal mostra cuidados e armadilhas que envolvem o financiamento habitacional\*

Na edição desta semana, o programa Via Legal apresenta duas reportagens sobre os cuidados que deve ter quem resolve comprar um imóvel. Erica Resende traz o exemplo de moradores de São Paulo que foram surpreendidos com rachaduras e outros danos na estrutura dos imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal. Eles recorreram à Justiça para que banco e a construtora sejam punidos pelas irregularidades.

Ainda sobre o tema, Nara Sarmento explica o que pode acontecer quando alguém compra um imóvel que tem dívidas de condomínio. Embora muita gente não saiba, a conta deve ser assumida pelo novo proprietário. A questão já foi decidida em última instância nos tribunais. No sul do país, a Caixa Econômica tentou se livrar do débito, mas foi obrigada a assumir as despesas referentes a um prédio adquirido em um processo de liquidação judicial.

Outro assunto em destaque nesta edição é o atendimento a transexuais. Em Minas Gerais, uma ordem judicial obrigou o Estado a pagar sessões de depilação a laser a um rapaz que aguarda na fila para fazer a cirurgia de mudança de sexo. O que houve, neste caso, foi a ampliação de um benefício já garantido a mulheres. Viviane Rosa mostra as conseqüências físicas e psicológicas do procedimento.

Direto do Rio de Janeiro, Denise Moraes repercute uma discussão que envolve o atendimento psicológico a homossexuais. Uma resolução do Conselho Federal de Psicologia proíbe profissionais de prometer a cura desses pacientes. O Ministério Público tentou barrar a vigência da norma, mas na Justiça prevaleceu o entendimento de que a orientação sexual não pode ser considerada uma doença e que esta é uma questão superada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Juliano Domingues traz uma curiosidade. Por lei, azulejos antigos, que revelam parte da história da colonização portuguesa, devem ser preservados. Em Recife, o dono de um prédio foi processado por ter retirado as peças da fachada do imóvel sem autorização. Alguns azulejos são tão valorizados que levaram à criação de réplicas, cada vez mais procuradas por quem precisa reformar uma casa.

O Via Legal é exibido nas TVs Cultura, Justiça, Brasil, além de outras 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. \*Equipe Via Legal

[www.vialegal.cjf.jus.br](http://www.vialegal.cjf.jus.br) ou [www.programavialegal.blogspot.com](http://www.programavialegal.blogspot.com)

### Horários de Exibição



TV Justiça  
12 de setembro – quarta-feira 21h30  
16 de setembro – domingo 12h  
17 de setembro – segunda-feira 21h30

TV Cultura  
15 de setembro – sábado 7h

TV Brasil  
(Brasília – canal 2)  
16 de setembro – domingo 6h